

**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL**



**INSTITUTO LEGISLATIVO  
BRASILEIRO**

**PROJETO PEDAGÓGICO**

**PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*  
EM  
COMUNICAÇÃO LEGISLATIVA**

**ABRIL/2008**

## **1. Identificação**

### **1.1. Nome do curso:**

Especialização em Comunicação Legislativa

### **1.2. Área de Estudo:**

Administrativo-informacional: Compreende os estudos vinculados às Ciências da Comunicação no âmbito do Poder Legislativo, incluídos temas correlatos.

### **1.3. Áreas de Conhecimento:**

6.09.00.00-4 - Comunicação

## **2- Justificativa**

O Poder Legislativo Brasileiro conta atualmente com mais de 5.600 casas legislativas, compreendidas entre Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas dos Estados e do Distrito Federal, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Foi pesquisando esse universo que o “I Censo do Legislativo”, realizado em 2006 pelo Programa Interlegis, coordenado por uma das Secretarias Especiais do Senado Federal, identificou que existem no Brasil mais de 53.000 parlamentares e cerca de 100.000 servidores que atuam no auxílio direto ou indireto de suas funções, servidores esses que precisam ver atendidas suas diferentes necessidades de capacitação profissional, para que possam melhorar a qualidade do trabalho desempenhado.

Em um ambiente onde os cidadãos exigem maior eficiência no desenvolvimento das ações sob a responsabilidade da administração pública, o Senado Federal vem buscando ampliar o nível de formação e capacitação dos servidores do Poder Legislativo, de modo a estar mais bem preparado para enfrentar os seus desafios.

Nesse contexto, os cursos de pós-graduação *lato sensu* assumem papel de destaque, pois permitem a especialização de servidores em temas geralmente não contemplados pelos cursos de graduação, quer seja pelo não oferecimento de programas de formação em áreas específicas ou pela pouca profundidade com a qual os assuntos são tratados.

Em razão dessa realidade, o Curso de Especialização em Comunicação Legislativa permitirá, por força de seu total direcionamento para as questões específicas do Poder Legislativo nessa área do conhecimento, a adequada formação de talentos, de acordo com o programa estabelecido.

Com um Programa baseado na experiência dos servidores do Senado Federal que atuam especificamente na área de concentração do Curso, ou nela possuem sólida formação acadêmica, que em grande parte formarão o corpo docente do Curso, os conteúdos definidos não serão abordados apenas de modo expositivo, mas, principalmente, de forma a permitir que os discentes desenvolvam sua capacidade crítica de interpretação e reflexão, associando os conteúdos às práticas cotidianas de trabalho e, valorizando o desempenho da função pública na administração legislativa.

Diante desse cenário, o Senado Federal assume posição de vanguarda, ao oferecer o Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Comunicação Legislativa, sem similar nas Instituições de Ensino Superior, aos servidores do Legislativo, com objetivo de aprimorar sua formação profissional.

### **3. Histórico da Instituição:**

O Senado Federal vem desenvolvendo atividades educacionais para formação, profissionalização, atualização e aperfeiçoamento de seu quadro de servidores desde 1970. Inicialmente, por meio do Serviço de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal; depois, pelo Centro de Formação e Administração Legislativa (CEFAL), transformado, em seguida, no Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal (CEDESEN) e, a partir de 1997, pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Desde então, o ILB tem oferecido para servidores da Casa e de órgãos conveniados: a) cursos presenciais de formação e capacitação; b) educação a distância para o Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal e para a sociedade em geral, utilizando metodologia própria e diversas mídias, tais como internet, vídeo (transmitidos pelo Canal ILB), TV e Rádio Senado; e c) outras atividades de ensino.

Dentre os presenciais, destacamos os cursos de Formação para Chefes de Gabinetes (195h/a), Relações Internacionais (30h), Segurança Nacional, Defesa e Poder Legislativo (30h/a), Línguas Estrangeiras – Inglês (480h/a) e Espanhol (384h/a), Processo Legislativo (30h/a), Cerimonial Público (24h/a), Informática (20h/a), Introdução à Ciência Política (60h/a), Poder Legislativo e Processo Político (44h/a), Fiscalização do Poder Público (60h/a) e Orçamentos e Finanças Públicas (24h/a).

Dentre os ofertados na modalidade a distância, destacam-se os com tutoria: Gestão Administrativa no Setor Público (80h/a); Licitação e Contratos Administrativos (60h/a); Prática de Redação Oficial para o Legislativo (60h); Doutrinas Políticas Contemporâneas (80h/a); Introdução às Relações Internacionais I (60h/a) e II (35h/a); Direito Eleitoral (60h); Economia Descomplicada (80h); Fundamentos da Integração Regional: o Mercosul (80h/a) e os auto-instrucionais: Desenvolvimento Gerencial (60h/a); Processo Legislativo (60h/a); Excelência no Atendimento (30h/a); Princípios Constitucionais do Poder Legislativo (20h/a) e Papel do Senado como Estrutura de Poder Político (20h/a). De 1996 a 2006, foram emitidos 29.657 (vinte e nove mil seiscentos e cinquenta e sete) certificados.

A partir de 2001, com a criação da Unilegis, cujo órgão executivo é o ILB, iniciou-se oferta de educação superior, com a realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização), em parceria com renomadas universidades federais. Tal iniciativa tornou-se necessária em vista dos novos paradigmas impostos pela modernidade e pela ciência de que, em qualquer sociedade, o ensino superior é depositário e criador de conhecimentos e o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade.

As parcerias formaram 230 (duzentos e trinta) especialistas: a) certificados pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), três turmas do Curso de Especialização em Direito Legislativo; b) com certificação

pela Universidade de Brasília (UnB), uma turma do Curso de Especialização em Administração Legislativa, uma de Especialização em Análise da Constitucionalidade e uma de Especialização em Gestão de Tecnologia da Informação. Nos anos de 2007-2008, uma parceria com a UFMS permitiu a implementação de três turmas de especialização, distribuídas nas áreas de Ciência Política, Comunicação e Direito. Junto com a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União, também está em execução o curso de especialização em Orçamento Público. Atualmente, são 149 alunos matriculados na pós-graduação.

Os especialistas formados fazem parte do corpo de servidores do Senado Federal e de órgãos conveniados, tais como Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Câmara dos Deputados e Câmara Legislativa do Distrito Federal.

As outras atividades de ensino desenvolvidas nessa área voltam-se ao aprimoramento dos procedimentos legislativos e ao estudo de questões estratégicas ligadas ao desenvolvimento do País. Envolve a realização de ciclos de conferências, seminários, debates e palestras, abertos ao público e transmitidos por videoconferência para todas as Assembléias Legislativas, promovendo a disseminação ampla e democrática de conhecimentos.

Com o intuito de continuar a estimular a produção de conhecimentos técnicos especializados, foram publicados dois números da Revista de Informação Legislativa do Senado Federal com os trabalhos produzidos pelos alunos das duas primeiras turmas do Curso de Especialização em Direito Legislativo e da primeira turma do Curso de Análise da Constitucionalidade. Cada número da revista contém vinte e um artigos. Além disso, todas as monografias aprovadas pela banca examinadora dos cursos de especialização foram encadernadas e colocadas à disposição para consulta na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, e divulgadas no endereço eletrônico [www.senado.gov.br/unilegis](http://www.senado.gov.br/unilegis).

Ainda na área de produção científica, ao final de 2006, foram criadas as “Edições Unilegis de Ciência Política”. O primeiro lançamento contemplou o livro “Introdução à Ciência Política” e o DVD de mesmo nome, contendo 10 videoaulas, de 20 minutos em média cada. Em 2007 foram lançados mais dois volumes, “Introdução à Filosofia Política” e “Sistemas Políticos e o Modelo Brasileiro”.

A grande experiência educacional adquirida, especialmente nos últimos dez anos; a excelência no atendimento às necessidades dos servidores; e o aumento da demanda por formação continuada em nível de pós-graduação na área legislativa levaram o Senado Federal a desenvolver seu próprio programa de pós-graduação e a buscar o credenciamento para certificação de cursos de especialização.

#### **4. Objetivos**

##### **4.1. Geral:**

O Curso de Especialização em Comunicação Legislativa tem por objetivo a formação de servidores capazes de incorporar novas técnicas e tecnologias aos processos comunicativos desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo, agregando a seus quadros funcionais novas habilidades e competências, essenciais ao melhor cumprimento de seu papel institucional,

aprimorando tanto seu lado técnico-profissional quanto o ético-comportamental, de modo que possam apresentar contribuições efetivas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de comunicação desenvolvidas pelas Casas Legislativas brasileiras, voltadas para o fortalecimento da democracia e para o pleno exercício da cidadania.

#### **4.2. Específicos:**

- Levar o aluno à reflexão crítica sobre a realidade da comunicação pública no legislativo, fundamentando-se numa visão histórica, social, filosófica, política, cultural e econômica;
- Qualificar os servidores para a realização de pesquisas e estudos específicos na área da comunicação legislativa;
- Contribuir para a formação de profissionais multiplicadores do conhecimento sobre a comunicação legislativa;
- Possibilitar que os servidores alcancem eficiência e eficácia em suas atuações na comunicação pública legislativa.

#### **5. Público-Alvo:**

O público-alvo são, preferencialmente, os servidores dos três níveis do Poder Legislativo e de outros órgãos conveniados, de acordo com o limite de vagas fixado para cada curso. A proposta é de 35 alunos por curso.

#### **6. Concepção do Programa:**

O Programa de Pós-Graduação concebeu o Curso de Especialização em Comunicação Legislativa, com objetivo de formar profissionais altamente qualificados nessa área e estimular, também, a criação e a sistematização de novos conteúdos, por meio das pesquisas produzidas pelo corpo docente e discente da Instituição.

Quando se pensa na formação de especialistas em Comunicação Legislativa, busca-se, além da ampliação do saber técnico, o desenvolvimento de novas competências e habilidades na área, que permitam tanto a correta associação da teoria à prática, quanto o aumento da capacidade dos indivíduos intervirem positivamente na dinâmica das Instituições.

O curso foi estruturado a partir de 10 disciplinas, com duração de 24, 36 ou 48 horas/aula, mais uma disciplina intitulada “Seminários de Comunicação Legislativa”, de 12h, perfazendo o total de 360 horas/aula. As disciplinas estão estruturadas em dois módulos: Módulo de Formação Básica, com disciplinas introdutórias e correlatas à área de comunicação e Módulo de Formação Complementar, com disciplinas específicas do campo da comunicação, com ênfase no legislativo. As disciplinas Introdução aos Estudos Legislativos e Metodologia de Pesquisa serão ministradas em todos os cursos de especialização.

Deve-se notar, ainda, que as disciplinas definidas na grade do curso buscam o entrosamento entre as perspectivas teóricas e práticas do saber da comunicação o que permitirá a análise e compreensão crítica da realidade, bem como a elaboração de melhores estratégias de atuação.

A concepção do Programa de formação aqui abordada busca a melhoria da formação do agente público que atua no Poder Legislativo, possibilitando a aquisição de novas competências, habilidades e atitudes mais adequadas aos dias de hoje, respeitando não somente a necessidade de cumprir de modo mais eficiente seu papel, mas, principalmente, os objetivos do parlamento e sua importante atuação no fortalecimento da democracia brasileira.

## **7. Coordenação:**

### **7.1. Coordenadora:**

Profa. Dra. Ana Lucia C. Romero Novelli

### **7.2. Titulação e regime de contratação:**

Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas, pela Universidade Estadual de Londrina, 1986. Mestre em Comunicação, pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 1994. Doutora em Ciências da Comunicação, pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1999. Servidora de carreira da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal, desde 1998, onde é contratada sob as normas do Regime Jurídico Único, com jornada de 40 horas semanais. Foi Diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública, no período de 2005 e 2006, onde atualmente é responsável pelo DataSenado, instituto de pesquisa de opinião do Senado Federal.

### **7.3. Experiência acadêmica e profissional:**

Experiência Acadêmica: Atua a mais de 10 anos de experiência acadêmica, atuando como Professora e Orientadora em diversos cursos de Graduação e de Pós-Graduação na área de Comunicação Social. Pesquisadora-Associada do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

Experiência Profissional: Atua há 19 anos na área de relações públicas e comunicação social, sendo 11 anos na iniciativa privada e 8 anos na área pública como servidora do Senado Federal. Habilidade para coordenar, planejar e implantar projetos de relações públicas, comunicação organizacional e comunicação pública, possui experiência em gerenciamento de equipes, tecnologias e projetos. Proficiência na língua inglesa e conhecimentos básicos da língua francesa.

## **8. Carga Horária:**

O Curso de Especialização em Comunicação Legislativa terá uma duração de 360 horas-aula presenciais. As horas relativas às atividades complementares que se fizerem necessárias, bem como à elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC (aproximadamente 60h) não estão computadas no total de horas do Curso.

## **9. Período e Periodicidade:**

- Noturno;
- Duração: até 18 meses
- Aulas: 3ª e 5ª – 19h às 22h  
6ª (quinzenal) – 19h às 22h

## 10. Conteúdo Programático:

### **GRADE DE DISCIPLINAS**

CÓDIGO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
<b>Módulo I – Formação Básica</b>		
<b>CL- 01</b>	Introdução aos Estudos Legislativos	24
<b>CL- 02</b>	Metodologia de Pesquisa	48
<b>CL- 03</b>	Fundamentos de Ciência Política	24
<b>CL- 04</b>	Estudos da Comunicação	36
<b>Módulo II – Formação Complementar</b>		
<b>CL- 05</b>	Meios de Comunicação e Realidade Brasileira Contemporânea	36
<b>CL- 06</b>	Comunicação Política	36
<b>CL- 07</b>	Mídias Legislativas	36
<b>CL- 08</b>	Comunicação Pública no Legislativo	36
<b>CL- 09</b>	Comunicação Eletrônica no Legislativo	36
<b>CL- 10</b>	Gestão Estratégica da Comunicação	36
<b>CL- 11</b>	Seminários de Comunicação Legislativa	12
<b>Total</b>		360

#### 10.1 – Ementas das disciplinas

##### **CL01 – Disciplina: *Introdução aos Estudos Legislativos***

Ementa:

O objetivo da disciplina é discutir aspectos relevantes sobre a representação política, especialmente sobre o poder legislativo. As temáticas abordadas estarão relacionadas aos partidos políticos e seu comportamento na arena legislativa, eleições, bicameralismo, relações Executivo-Legislativo, organização interna do legislativo, comportamento parlamentar e *lobbies*. Será observada a variedade metodológica na abordagem dos temas – estudos quantitativos e qualitativos, bem como comparações longitudinais e transversais,.

1. SANTOS, Fabiano. “Novas e Velhas Verdades sobre a Organização Legislativa e as Democracias”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, 1998.

2. LEMOS, Leany B. "O Congresso Brasileiro e a Distribuição de benefícios sociais no período 1988-1994: uma análise distributivista". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 44, p. 561-605, 2001.
3. LIMONGI, Fernando & FIGUEIREDO, Argelina. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*, Editora FGV, São Paulo, 2000.
4. MELO, C. R. F. *Retirando as Cadeiras do Lugar: Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1985/2002)*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. v. 1. 212 p.
5. NICOLAU, Jairo e POWER, Timothy J. (Org.). *Instituições Representativas no Brasil: Balanço e Reformas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, v. , p. 55-73.

## **CL02 - Disciplina: Metodologia de Pesquisa**

### Ementa:

A natureza do conhecimento e o conhecimento científico. Os fundamentos da ciência e o método científico. Os processos didáticos. Definição dos objetivos de pesquisa. Definição de problema de pesquisa. Revisão de literatura. Tipos de pesquisa. Técnicas e métodos de coleta de dados. Introdução à análise de dados. Elaboração de projetos e relatórios de pesquisa. Normas associadas à elaboração de trabalhos científicos. Redação técnico-científica. Estrutura e elementos da monografia. Elaboração e formatação de monografias. Inclusão de ilustrações e tabelas. Apresentação de trabalhos científicos.

### Bibliografia básica:

1. BOENTE, Alfredo. *Metodologia Científica Contemporânea para Universitários e Pesquisadores*. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.
2. CERVO, A.L. *Metodologia Científica*. 5ª ed. São Paulo:Prentice Hall, 2002.
3. GIL,A.C. *Métodos Técnicas de Pesquisa Social* - 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.
4. GIL,A.C. *Metodologia do Ensino Superior*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.
5. GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record,1998.
6. JOHANN, J.R. *Introdução ao Método Científico*. 2ª ed.Canoas:Ulbra,1997.
7. LAKATOS,E.M. & MARCONI, M.ª *Técnicas de pesquisa*. 3ª ed. São Paulo : Atlas, 1996.
8. RUDIO. F.V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 16ª ed. Petrópolis:Vozes,1991.
9. SANTOS, B.S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989
- 10.REIS, F. W. "O tabelão e a lupa: teoria, método generalizante e ideografia no contexto brasileiro", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 16, jun. 1991.p. 27-42.
- 11.KERLINGER, Fred N. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. São Paulo: EPU, 1980.

## **CL03 - Disciplina: Fundamentos de Ciência Política**

### Ementa:



O objetivo do curso é a discussão de alguns dos conceitos fundamentais da Ciência Política, com o recurso a autores clássicos, representativos de enfoques teóricos diferenciados. Nessa perspectiva, serão apresentados os conceitos de política, poder, dominação, autoridade, legitimidade, estado e regime político.

Bibliografia básica:

1. Bobbio, Norberto et alli. *Dicionário de Política*. Brasília : Editora da UnB, 1993.
2. Weber, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília : Editora da UnB, 1992.
3. Arendt, Hannah. *Crises da República*. São Paulo : Editora Perspectiva, 1973.
4. MARX, K. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
5. ARON, R. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. 4 a. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

#### **CL04 - Disciplina: Estudos de Comunicação**

Ementa:

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. Os primeiros estudos sobre a comunicação de massa: as agulhas hipodérmicas, o paradigma de Lasswell e a teoria matemática da informação. A escola de Frankfurt e a Teoria Crítica. McLuhan. Informação, notícia e objetividade. A perspectiva da produção da notícia: gatekeepers e newsmaking. Teorias dos efeitos em longo prazo: agenda-setting e espiral do silêncio. A construção da realidade e o ciberespaço

Bibliografia básica:

1. DEFLEUR, Melvin. *Teorias da Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
2. LEMOS, André. *Cibercultura: Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2004.
3. MATTELART, Armand. *História das Teorias da Comunicação*. São Paulo: Loyolla, 1999.
4. MEDEIROS, Assis. *Hackers: entre a ética e a criminalização*. Florianópolis: Visualbooks, 2002.
5. WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 1995

#### **CL05 - Disciplina: Meios de Comunicação e Realidade Brasileira Contemporânea**

Ementa:

Aspectos essenciais da formação do Brasil e sua importância na formação e na atuação dos meios de comunicação>A importância geopolítica dos meios de comunicação. O financiamento dos meios de comunicação e sua relação com a audiência e a política. Os meios de comunicação e a democracia. Interesses estrangeiros nos meios de comunicação no Brasil.

Bibliografia básica:

1. HERZ, Daniel Koslowsky: *A história secreta da Rede Globo*, Porto Alegre, Editora Tchê!, 1987.

2. HOLANDA, Sérgio Buarque de: Raízes do Brasil – São Paulo, Companhia das Letras, 1995 (1936).
3. MATTELART, Michele & Armand: O Carnaval das Imagens – a ficção na TV – São Paulo, Brasiliense, 1989.
4. MORAIS, Fernando: Chatô: o rei do Brasil – São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
5. WAINER, Samuel: Minha razão de viver – São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2006 (1987).

### **CL06 - Disciplina: Comunicação Política**

Ementa:

A inter-relação entre os meios de comunicação e a política. A comunicação e os processos políticos. Comportamento político da sociedade frente ao novo papel da mídia. A dimensão simbólico-cultural das disputas eleitorais. Comunicação, política e legitimidade. O escândalo político.

Bibliografia básica:

1. CHAIA, Vera. Jornalismo e Política. São Paulo: Hackers Editores, 2004.
2. LIMA, Venício A. Mídia: Crise política e poder no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
3. LIMA, Venício A. Mídia: Teoria e Política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
4. RUBIM, Antonio Albino. Comunicação e Política. São Paulo: Hackers Editores, 2000.
5. THOMPSON, John B. O Escândalo Político. Petrópolis: Vozes, 2000.

### **CL07 - Disciplina: Jornalismo Legislativo**

Ementa:

Perspectivas da prática jornalística na imprensa tradicional e na imprensa extra-redação. O jornalismo das fontes e a assessoria de imprensa. A apropriação da atividade jornalística pelas organizações da sociedade e do Estado. O jornalismo no Poder Legislativo brasileiro. O jornalismo legislativo como estratégia comunicacional.

Bibliografia básica:

1. SANT'ANNA, Francisco (2005). *Mídia das Fontes – o difusor do jornalismo corporativo*, Brasília, Casa das Musas.
2. \_\_\_\_\_, (2007), *Média de source: un nouvel acteur sur la scène journalistique brésilienne*, Tese de doutorado em Ciências da Informação e Comunicação, Université de Rennes 1 – França, outubro 2007. Disponível em <http://br.share.geocities.com/comunicacaopub/tese.pdf>.
3. JARDIM, Márcia de A., (2006). *O mapa da mídia eletrônica legislativa na América Latina*. Comunicação científica realizada por ocasião do 3º Congresso Latino-americano de Ciência Política, Campinas, Brasil, set-2006
4. MATOS, Heloiza. (2003). *Comunicação pública, democracia e cidadania: o*

*caso do Legislativo. In: BRANDÃO, Beth; MATOS, Heloísa e SILVA, Luiz Martins (org.). (2001). Algumas abordagens em comunicação pública. In: Coleção Textos em Comunicação. Ano I, Vol I, Nº 3. Brasília: Casa das Musas. Disponível em <http://www.portalrp.com.br/bibliotecavirtual/relacoespublicas/empresasecasess/0091.htm>.*

5. RENAULT, Leticia, (2004). *Comunicação e política nos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil*, Belo Horizonte, ALMG.

### **CL08 - Disciplina: *Comunicação Pública no Legislativo***

Ementa:

Esfera pública e comunicação. Formação da opinião pública. Cidadania. Princípios de Comunicação Pública. Atuação da comunicação governamental no Brasil. Função e responsabilidade da comunicação no governo. Comunicação, Estado, Governo e sociedade. Accountability e Governança. O papel das assessorias de comunicação nas instituições públicas.

Bibliografia básica:

1. DUARTE, Jorge (org.). *Comunicação Pública*. São Paulo: Atlas, 2007.
2. ESTEVES, João Pissarra. *Espaço Público e Democracia*. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2003.
3. LARA, Maurício. *As Sete Portas da Comunicação*. Belo Horizonte: Gutenberg, 2003.
4. MATOS, Heloiza. "Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do Legislativo". Trabalho apresentado no XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares – INTERCOM, 1999.
5. TORQUATO, Gaudêncio. *Tratado de Comunicação Organizacional e Política*. São Paulo: Pioneira Tomson Learnig, 2002.

### **CL09 - Disciplina - *Comunicação Pública Eletrônica no Legislativo***

Ementa

O impacto da tecnologia nos processos de Comunicação. O mundo virtual, o ciberespaço e as transformações da comunicação social: do papel ao computador. O impacto da informática na atividade legislativa. A convergência entre sistemas audiovisuais, informáticos e de telecomunicações na configuração de novas mídias. A Internet, os portais eletrônicos de pesquisa e a comunicação além-fronteiras. A questão do tempo real: precisão e instantaneidade. As novas tecnologias da informação e o relacionamento com o cidadão. Participação democrática e interatividade. Formas de governo eletrônico. Acesso à informação e cidadania. Ciberdemocracias, TV e cidades digitais, o fenômeno dos *blogs*, veículos multimídia.

Bibliografia básica:

1. CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Denis (org.) *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
2. ELLUL, Jaques. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964.
3. LÉVY, Pierre. Pela Ciberdemocracia. In: MORAES, Denis (org.) *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
4. MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensão do homem*. São Paulo: Cultrix, 1971.

### **CL10 - Disciplina: *Gestão Estratégica da Comunicação***

Ementa:

O pensamento sistêmico. O pensamento estratégico. A estratégia nas organizações e na comunicação. Possibilidades e limites do planejamento estratégico. O planejamento estratégico aplicado ao campo da comunicação organizacional. Políticas de comunicação organizacional.

Bibliografia básica:

1. [BRAGA, José Luiz. Interação & Recepção. In: FAUSTO NETO, Antônio \[et al.\], organizadores. Interação e sentidos no ciberespaço na sociedade. Porto Alegre: EDPUCRS, 2001. 234 p. \(Coleção Comunicação\), 11. Compós; v.2.](#)
2. [CARDOSO, Cláudio \(Org.\). Comunicação organizacional hoje: novas tecnologias, novas perspectivas. Lauro de Freitas: UniBahia Editora, 2002.](#)
3. [FRANÇA, Vera Veiga. O Objeto da Comunicação/A Comunicação como Objeto. In HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga.\(Orgs.\) Teorias da comunicação - In Conceitos, escolas e tendências. Petrópolis \(RJ\) Vozes, 2001, p.39-60.](#)
4. [KOTLER, Philip. Administração de Marketing. São Paulo: Prentice Hall, 2000.](#)
5. [MIÉGE, Bernard. O pensamento comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2000.](#)
6. [PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; HERSCHMANN, Micael. Comunicação e novas estratégias organizacionais na era da informação e do conhecimento. Comunicação & Sociedade, São Bernardo do Campo, 2. sem. 2002.](#)
7. [SENGE, Peter. A quinta disciplina: caderno de campo. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.](#)

### **CL11 - Disciplina – *Seminários de Comunicação Legislativa***

Ementa:

Palestras diversas sobre temas da atualidade, correlatos com a área do curso.

## **11. - Corpo Docente:**

O Curso de Especialização em Comunicação Legislativa contará com um corpo docente composto de professores internos ao quadro do Senado Federal, com titulação, experiência pedagógica e conhecimento profissional na área específica do curso. Os demais são professores convidados de outras instituições que, por suas qualificações, podem complementar a formação oferecida pelos docentes internos. O percentual de professores com título de mestre ou doutor deverá superar o estipulado na legislação vigente.

Além de ministrar aulas, os docentes poderão participar dos programas de pesquisa e extensão, orientação de trabalhos acadêmicos, assim como de outras atividades educacionais. Poderão, ainda, freqüentar oficinas pedagógicas, que serão oferecidas com o objetivo de contribuir para o aprimoramento e atualização desses profissionais nas novas práticas e estratégias pedagógicas. À medida que haja um crescimento nos programas educacionais, outros servidores da Casa poderão ser incorporados à equipe.

<b>NOME</b>	<b>Nº CPF</b>	<b>TITULAÇÃO (Instituição, local e ano)</b>	<b>NOME DA DISCIPLINA</b>	<b>HORA</b>
Rafael Silveira e Silva	635.674.741-20	Mestre em Ciência Política, pela Universidade de Brasília – UnB. 2006	Introdução aos Estudos Legislativos	24
Ilana Trombka	742.707.450-53	Mestre em Comunicação Social- Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1999	Metodologia de Pesquisa	48
Octaciano Nogueira	001.429.641-15	Especialização do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da PUC-Rio de Janeiro, direção do Pe. Fernando Bastos Ávila, 1959	Fundamentos de Ciência Política	24
Assis Antônio Pereira Medeiros	690.032.204-25	Mestrado em Ciência da Informação, pela Universidade de Brasília, 2001	Estudos da Comunicação	36
José Paulo Nunes Cordeiro Tupynambá	518.323.486-87	Mestrado em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 1999.	Meios de Comunicação e Realidade Brasileira Contemporânea	36
Flávio Antônio da Silva Mattos	268.779.707-30	Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília, Brasília (DF), 1996	Comunicação Política	36
Luiz Carlos Santana de Freitas	426.486.616-20	Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2002.	Mídias Legislativas	36
Ana Lúcia C. Romero Novelli	587.639.109-34	Doutora em Ciência da Comunicação, pela Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 1999.	Comunicação Pública no Legislativo	36
Valéria Ribeiro da Silva Franklin Almeida	291.434.701-49	Especialização em Direito Legislativo, pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.	Comunicação Eletrônica no Legislativo	36
Antônio Carlos Lopes Burity	308.892.004-91	Mestre, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2002.	Gestão Estratégica da Comunicação	36
Ana Lúcia C. Romero Novelli	587.639.109-34	Doutora em Ciência da Comunicação, pela Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 1999.	Seminários de Comunicação Legislativa	12

## **12. - Metodologia:**

A proposta didático-pedagógica busca propiciar condições para uma aprendizagem ativa e colaborativa, na qual a interação entre fundamentos teóricos e práticos será estimulada.

A estruturação do conteúdo do curso ocorreu a partir da seleção das competências a serem desenvolvidas, entre as quais devem ser destacadas: analisar e articular idéias apresentadas em textos associados à área; desenvolver postura reflexiva e crítica do exercício da função pública; identificar problemas e propor soluções; desenvolver comunicação adequada ao estabelecimento do entendimento necessário ao cumprimento dos objetivos definidos; refletir e atuar criticamente sobre as práticas cotidianas do exercício profissional; compreender o valor de sua contribuição para a Instituição; ter iniciativa e consciência das implicações de sua conduta ética.

Nesse contexto, a dinâmica em sala de aula partirá da definição de conteúdos teóricos e conceituais, abordando em seguida, necessariamente, as práticas. As atividades pedagógicas serão apoiadas em aulas expositivas, discussões, leitura crítica de textos, trabalhos individuais e/ou em grupo, podendo ser desenvolvidos, também, estudos de caso e pesquisas de campo, seminários e palestras com outros profissionais internos ou externos.

Além das atividades letivas, outro ponto essencial ao sucesso do Curso é o desenvolvimento pelo aluno, de um projeto de pesquisa vinculado às práticas de trabalho, seja de intervenção ou de investigação, que implicará maior envolvimento do mesmo com o programa de formação, e culminará na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, essencial à obtenção do título de Especialista.

## **13. Interdisciplinaridade:**

A apresentação do conteúdo do curso abrange não apenas a área da Comunicação Legislativa propriamente dita, mas também diversas áreas complementares, como Direito, Filosofia, Sociologia, História e Ciência Política que serão integradas de modo natural, em face da interconexão dos assuntos a serem abordados.

Em um programa de formação com essas características, a interdisciplinaridade torna-se elemento intrínseco, pois suas disciplinas distribuem-se por diversas áreas do conhecimento. A percepção das inter-relações entre as mesmas deverá ser assegurada pela definição do conteúdo das próprias disciplinas, assim como pela identificação do elo entre cada uma delas e o arcabouço conceitual e prático que se pretende desenvolver. O diálogo entre as áreas envolvidas também será garantido durante a elaboração e desenvolvimento do projeto que dará origem ao Trabalho de Conclusão do Curso, que mesmo situado em uma área específica, deverá estar associado a todo o conjunto das disciplinas do curso.

## **14. Atividades Complementares:**

As atividades complementares não se encontram contabilizadas na carga horária do curso, podendo ser programadas visitas, viagens ou eventos de natureza similar, à medida que a aprendizagem do corpo discente necessite ser reforçada ou demande novos conhecimentos. Essas atividades deverão ocorrer sempre de acordo com a disponibilidade dos alunos, professores e o interesse do Programa de formação em andamento.

### **15. Tecnologia:**

Além das aulas presenciais desenvolvidas com apoio de recursos de multimídia, os alunos contarão com comunicação e atendimento via e-mail, a partir da criação de uma lista contendo todos os envolvidos no curso. Essa lista servirá tanto para a comunicação entre os membros do grupo quanto para a distribuição de informações da coordenação e encaminhamento de material de leitura e orientação. Além disso, projetores multimídia e plataformas eletrônicas de aprendizado estarão disponíveis para utilização pelos corpos docente e discente em suas atividades.

### **16. Infra-Estrutura Física:**

Os cursos ocorrerão no prédio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Unidade de Apoio V, do Senado Federal. Esse ambiente comporta a equipe administrativa e pedagógica e atende às atividades de ensino. As quatro salas de aula existentes estão equipadas com projetor, tela, computador, vídeo, DVD, equipamento de áudio e flipchart, sendo que o laboratório de informática possui doze microcomputadores e três quadros magnéticos. As outras três salas de aula têm capacidade para até trinta alunos cada. O auditório tem capacidade para até cinquenta pessoas e dispõe dos equipamentos constantes nas salas de aula, incluindo microfone.

Sempre que necessário, dependendo das características do curso ou evento a ser realizado, o ILB poderá utilizar a infra-estrutura do Senado Federal, como auditórios, salas para videoconferência, etc.

Futuramente, será construída a nova sede da área educacional do Senado Federal, que comportará alojamentos; teatro para uso também da comunidade, museu, 20 salas de aulas, laboratório de informática, sala de videoconferência, auditório, biblioteca com capacidade para abrigar um acervo de aproximadamente 500 obras, além de salas com computador para acesso à internet e à apresentação de vídeos e DVDs, conforme detalhamento no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Atualmente, os alunos contam com o serviço oferecido pela Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, que dispõe de acervo de aproximadamente 150.000 livros, 4.000 obras de referência (dicionários, enciclopédias, etc.) e 3.600 títulos de periódicos (revistas e jornais). Dispõe, ainda, de mapas, microfilmes, audiovisuais, recortes de jornais nacionais, CD-ROMs e outros materiais. O conjunto das obras é composto por publicações nas diversas áreas do conhecimento, sendo especializado em Ciências Sociais, com destaque para Direito e Ciência Política.

### **17. Critério de Seleção:**



A seleção dos candidatos observará o cumprimento das exigências formais mínimas para a participação em cada curso e em avaliação de conhecimento. Será designada comissão para participar da avaliação de conhecimento dos alunos, a ser realizada em data única, sem segunda chamada, em qualquer hipótese.

A classificação obedecerá à ordem decrescente dos resultados obtidos e não ultrapassará o limite de vagas fixado, sendo desclassificados os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos de aproveitamento definidos pela comissão. Deve-se destacar que a classificação do candidato será válida exclusivamente para matrícula no curso e turma para o qual realizou o processo seletivo, e que para a realização da inscrição, os candidatos deverão apresentar toda a documentação exigida no regulamento de participação do Programa de Pós-Graduação.

## **18. Sistemas de Avaliação:**

### **18.1 - Avaliação de desempenho do aluno**

A avaliação do desempenho do aluno será realizada por disciplina e levará em conta sua assiduidade e aproveitamento. Diversos instrumentos serão utilizados, como provas escritas, trabalhos individuais ou em grupo e exercícios em sala de aula. Já a avaliação do trabalho de conclusão de curso será realizada por meio do professor orientador ou de banca examinadora.

Para receber o título de especialista, o aluno deverá obter, em cada disciplina, nota final igual ou superior a 6.0 (seis) ou conceito correspondente, frequência igual ou superior a 75% do total de aulas, assim como menção "aprovado" (nota mínima 7.0) no trabalho escrito e na apresentação oral do TCC.

### **18.2 - Avaliação Institucional**

A avaliação institucional tem como objetivo central a efetiva mensuração da qualidade dos processos vinculados aos programas de ensino desenvolvidos, bem como a avaliação dos instrumentos empregados. O processo de auto-avaliação será feito de modo amplo, contínuo e cíclico, sendo desenvolvido na perspectiva de ter seu nível de complexidade ampliado ao longo do tempo - de acordo com o crescimento da Instituição.

Já na primeira fase de avaliação desses programas, as disciplinas ministradas e os respectivos professores serão inicialmente avaliados pela coordenação do curso, durante o exercício das atividades docentes, e, ao seu término, pelos alunos. A avaliação da coordenação será feita por meio de relatórios, enquanto aquela a ser realizada pelos alunos deverá ser feita a partir da aplicação de questionários específicos.

No que se refere à avaliação da qualidade dos cursos, de modo mais amplo, deve-se destacar que cada disciplina, de modo isolado, e o curso como um todo serão avaliados pelos professores, em reuniões com a coordenação, e pelos alunos, em dois períodos distintos: na metade do período de sua execução e no encerramento das atividades.

## **19. Controle de Frequência:**

A frequência dos alunos às aulas é obrigatória e não poderá ser inferior a 75% da carga horária inerente à disciplina ou à atividade e será controlada por meio de formulário próprio. Não será permitido o abono de faltas, exceto nos casos previstos em lei, e o aluno que não obtiver a frequência mínima exigida do total das aulas ou atividades programadas será reprovado por falta (RF).

## **20. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC:**

Os alunos deverão apresentar uma monografia ou projeto experimental como trabalho de conclusão de curso. Trata-se de um estudo reflexivo, aprofundado, pormenorizado, sistemático, original e individual, resultado de investigação científica ou produção intelectual, sobre um problema de pesquisa vinculado à ação do servidor. O TCC é uma oportunidade privilegiada para produção e sistematização de determinado conhecimento, que será útil tanto para a formação pessoal e profissional do autor, como para a melhoria das atividades legislativas.

A avaliação do TCC será realizada por comissão específica, que será constituída por, pelo menos, dois professores, sendo um deles o orientador. A avaliação dos docentes deverá contemplar a qualidade do conteúdo do trabalho, a formatação e a apresentação oral do aluno.

Os discentes receberão da Banca Examinadora as menções “aprovado”, “aprovado com restrições”, ou “não aprovado”. Será considerado “aprovado” somente o aluno que receber essa menção de todos os membros da Banca. Será considerado “aprovado com restrições” o discente que receber essa menção de pelo menos um dos membros da Banca. Será considerado “não aprovado” o aluno que receber esse conceito de todos os membros da Banca.

No caso de aprovação com restrições, as modificações sugeridas deverão ser efetuadas pelo discente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e apresentadas ao orientador, que atestará a validade das modificações realizadas, a fim de que possa ser considerado aprovado em caráter definitivo. O presidente da banca (orientador) terá um prazo de 15 dias, a contar do recebimento do trabalho revisado, para comunicar, por meio de um parecer sucinto, à Comissão de Coordenação, se as recomendações foram cumpridas.

No caso de não aprovação, o aluno poderá requerer à Comissão de Coordenação, nova oportunidade para elaborar o TCC, dentro do prazo do curso. A Comissão analisará o requerimento do aluno, ouvido o orientador ou a Banca Examinadora, conforme o caso. Se deferido, o aluno terá até 60 (sessenta) dias para a reformulação, e apresentação do TCC. Se indeferido, o aluno será considerado “não aprovado” em caráter definitivo.

## **21. Certificação:**

O Curso será certificado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Para fazer jus ao certificado, o aluno deverá ter cursado todas as disciplinas do Curso como aluno regular e ter obtido em cada uma delas média igual ou superior a seis, devendo ter recebido, ainda, o conceito “aprovado” no Trabalho de Conclusão do Curso, de acordo com calendário e demais regras estabelecidas.

## **22. Indicadores de Desempenho:**

<b>Item de controle</b>	<b>Número Previsto</b>
Alunos matriculados	35
Evasão esperada	15%
Alunos formados	30
Publicações do corpo discente	30
Média geral de notas por disciplina	8,0
Média geral de notas no curso	8,0
Frequência média observada por disciplina	85%
Frequência média observada no curso	85%
Média geral da avaliação da instituição	8,0